

Guaratinguetá e Cunha sob influência da política ilustrada portuguesa (1788-1808)

Felipe Moura Garrido

Mestrando FHDSS/UNESP

fegarrido@gmail.com

Resumo

Em meados do século XVIII o gradual esgotamento das minas de ouro na América Portuguesa se aprofundou; a Coroa lusitana viu, então, suas finanças comprometidas. A solução adotada foi o incentivo à agricultura e ao comércio. A política instaurada no Reino manifestou-se na capitania de São Paulo, no primeiro momento, concedendo-lhe a autonomia, separando-a da administração do Rio de Janeiro (1765), e consequentemente reestruturou o corpo administrativo. Porém, os efeitos da política ilustrada só tiveram impacto na produção e comércio da região no final do século XVIII. Este trabalho pretende, portanto, demonstrar o impacto econômico e social das políticas de fomento da Coroa nas vilas de Guaratinguetá e Cunha. Além disso, o trabalho ao fazer uso dos maços de população intenta salientar a evolução social das vilas citadas, e da região norte da capitania como um todo. Ademais, ele busca demonstrar como uma área periférica na colônia interagiu na lógica do Império. Para isso, além da bibliografia sobre o tema, serão utilizados os maços de população do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Por fim, importante salientar que o trabalho exposto é somente parte dos estudos para a dissertação do mestrando.

Palavras-chave: Império português, vilas do norte, comércio colonial

Abstract

In the mid-eighteenth century the gradual depletion of gold mines in Portuguese America deepened, the Lusitanian Crown saw, then, their finances compromised. The solution adopted has been to encourage agriculture and commerce. The policy established in the Kingdom manifested itself in the captaincy of São Paulo, first, granting it autonomy, separating it from the administration of Rio de Janeiro (1765), and consequently restructured the governing body. However, the effects of illustrated policy only had an impact on production and trade of the region in the late eighteenth century. This study therefore aims to demonstrate the economic and social impact of encouraging policies of the Crown in the villages of Guaratinguetá e Cunha. Moreover, the work to make use of subsets of the population intends to emphasize the social evolution of the villages mentioned, and the region north of the captaincy as a whole. Furthermore, it aims to demonstrate how a peripheral area in the colony interacted in the logic of Empire. For this, besides the literature on the subject, will be used packets of the population of the Public Archives of the State of São Paulo. Finally, it should be noted that the work exhibited is only part of studies for a Master's thesis.

Keywords: Portuguese Empire; northern villages, colonial trade

O alvorecer do século XVIII para D. João V (1707-1750) trouxe a conclusão de um sonho antigo da Coroa: os metais preciosos. A exploração do ouro na América portuguesa permitiu ao Rei de Portugal revestir sua corte de luxo; assim, ficou conhecido como o “Magnífico”. Porém, para seu sucessor, D. José I (1750-1777), a corrida pelo ouro mostrou-se de pequeno fôlego.

Em meados dos Setecentos já era latente a necessidade de reformas no Império, uma menor dependência do ouro das Geraes e uma proteção das manufaturas do Reino. A crise na balança comercial lusitana, gerada pelo esgotamento das minas, proporcionou a retomada da agricultura na parte mais rentável do vasto Império lusitano (a América) e a defesa da manufatura nacional contra a constante pressão de produtos estrangeiros, principalmente ingleses.

Foi neste processo que as áreas secundárias no princípio da colonização (como São Paulo, Rio Grande do Sul e o interior da luso-América) passaram a deter um olhar mais atento da administração metropolitana e um novo impulso aos seus colonos foi dado pela Coroa – especialmente pelos secretários de Estado do Reino: Sebastião de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal) e D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Crise no Reino

No século XVII tem-se a expansão dos impérios ingleses, franceses e holandeses no além-mar, superando as nações

ibéricas. O crescimento econômico destes Estados ocorreu por diversos métodos, e não cabe a este texto aprofundar a análise, contudo percebe-se que o incentivo à manufatura foi tendência forte nestes Estados, especialmente na Inglaterra.¹ Além disso, as numerosas disputas dinásticas na Europa mostravam o espírito expansionista dessas Coroas.²

Por outro lado, o Estado português possuía uma sociedade arcaica (rural e aristocrata) que fazia da manutenção desta situação seu principal objetivo. Este projeto arcaico para a sociedade transpôs o Oceano e desembarcou em solo americano.³

As diferentes lutas entre as Coroas europeias agitavam o jogo político, criando alianças e inimigos. Portugal, porém, não procurava expansão em território europeu, suas ambições não estavam neste continente, mas em além-mar. Desta forma, os lusitanos se mantiveram afastados dessas disputas. Para tanto, forjaram aliança com a Inglaterra, nação que garantia a manutenção de seus domínios no além-mar e a estabilidade necessária para continuar investindo em seu Império marítimo.⁴

¹ Cf.: NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

² MONTEIRO, Nuno. *As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a D. Rodrigo*, texto cedido pelo autor ainda não publicado, p. 3-7.

³ FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 41-56.

⁴ NOVAIS, *op.cit.*, p. 23.

Essa rotina entre Portugal e Inglaterra era benéfica aos lusitanos porque mantinha a situação confortável em que se encontravam, contudo, era muito mais vantajosa para os ingleses que passaram a gozar de favorecimentos alfandegários no mercado português e, assim, foram capazes de alavancar o desenvolvimento de suas manufaturas, especialmente dos tecidos. Símbolo maior desta tendência foi o tratado de Methuen que abriu o mercado português aos tecidos ingleses enquanto o mercado inglês reduzia suas taxas alfandegárias ao vinho lusitano.⁵

Desta forma, verifica-se que as manufaturas lusitanas não possuíam incentivo de Portugal e, mesmo quando seu desenvolvimento foi planejado pela corte, esbarrava nos produtos importados dos ingleses (mais baratos e de melhor qualidade). Essas importações, ademais, criavam um déficit na balança comercial portuguesa, contudo, o ouro de sua colônia americana e os exóticos produtos das índias eram utilizados para balancear as finanças⁶.

Em meados dos Setecentos, no entanto, as minas auríferas não eram mais capazes de produzir a mesma quantidade de metal, fazendo com que a balança comercial portuguesa ficasse em déficit constantemente. Nestas décadas a crise financeira em Lisboa começa a se tornar profunda.⁷

⁵ MONTEIRO, *op. cit.*, p. 5.

⁶ NOVAIS, *op. cit.* p. 25; RUSSELL-WOOD, J. A. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América*. Miraflores, Portugal: DIFEL (Difusão Editorial), 1998, p.198-199.

⁷ NOVAIS, *op. cit.*, p. 43-57. É notável que outros

A fim de restabelecer a capacidade financeira do Reino, D. José I e Sebastião Carvalho e Melo procuraram devolver à agricultura seu papel primordial na América portuguesa e proteger seu mercado dos produtos importados.

A base do governo de D. José I, conhecido como “O Reformador”, foi legislar no sentido de aprofundar a colonização da América, levando o cultivo de açúcar e diferentes gêneros para áreas pouco povoadas (ou secundárias) da colônia⁸. Por outro lado, buscou-se produzir os gêneros necessários à indústria metropolitana, para que o Reino deixasse de ser tributário da manufatura inglesa. Outras medidas foram tomadas, como o surgimento de companhias monopolistas para incentivar o plantio e a povoação em diferentes áreas do Império.

Assim, observa-se que em 1755, com o terremoto que abalou Lisboa destruindo grande parte da capital portuguesa, o poder do secretário de Estado Pombal passou a ser sentido ao longo do

autores fazem uma leitura diferente em relação ao déficit da balança comercial, no caso de Alexandre Valentim, por exemplo, não há nenhuma ramificação o fato da balança ser desfavorável, posto que esse déficit seria reposto pela balança muito favorável em relação às nações estrangeiras. Entretanto, não queremos discutir esses pontos neste artigo. Para mais: VALENTIM, Alexandre. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.

⁸ Outros autores já procuraram desvendar este lado da colonização, no Rio Grande do Sul é o caso de: MEINZ, Maximiliano M. *Centros e periferias coloniais: o comércio do Rio de Janeiro com Santos e Rio Grande (1802-1818)*. Revista de História USP. n.º. 154. São Paulo: Editora USP, 2006; OSÓRIO, H. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

vasto Império português, inclusive na região das vilas do Norte da Capitania de São Paulo.⁹

Por fim, resta ressaltar que esse novo processo em Portugal ficou conhecido como política pombalina, todavia, a política ilustrada, como aqui descrevemos, inicia-se antes da nomeação de Pombal ao cargo de secretário do Estado e não termina em seu governo, permanecendo e sendo aprofundada com D. Rodrigo de Sousa Coutinho no reinado de D. José I.¹⁰

O governo de Botelho Mourão (1765-1775)

Nos dois primeiros séculos de colonização a capitania de São Paulo foi essencial para a metrópole expandir seus domínios e proteger-se do perigo espanhol. A produção inicial de açúcar em São Vicente não teve seguimento e, logo, a capitania se especializou nas entradas.¹¹

O movimento bandeirante marcou a capitania no século XVII. A descoberta das primeiras minas permitiu o maior desenvolvimento das áreas paulistas, a produção se especializou em artigos para consumo na área mineira e, em bestas capazes de fazer o deslocamento dos me-

tais do interior da colônia para os portos e fornecer carne para alimentação das minas.¹²

Com o esgotamento das minas a capitania paulista perdeu grande parte de sua força. Apesar de este texto seguir as ideias de Ilana Blaj e não acreditar que São Paulo estivesse em situação de miséria nos setecentos, fica claro que também não era um período de desenvolvimento. Símbolo deste freio foi a remarcação da autonomia administrativa da capitania, deixando-a sob o julgo do vice-rei no Rio de Janeiro em 1748.¹³

As reformas ilustradas, no entanto, iniciam um novo período para São Paulo. Já em 1765 a autonomia administrativa é retomada em São Paulo e Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, inicia seu longo governo de 10 anos na capitania. As ordens que o capitão-general e governador trouxe consigo eram claras: reanimar a produção de mantimentos, açúcar e gêneros diversos que fossem exportáveis; e, estruturar a capitania – tanto em estradas e portos, como militarmente.

O governo do Morgado é reconhecido pelo grande número de elevações promovidas, ao todo cerca de 20 povoados foram elevados à condição de freguesias e vilas. Essa necessidade de legislar vinha para corrigir um dos problemas da capitania de São Paulo: os vazios demográficos. Ademais, a povoação, além de

⁹ ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia. In: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*. Vol. 2 São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial, 1997; PETRONE, Maria Teresa Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: DIFEL, 1968.

¹⁰ MONTEIRO, op. cit., p. 2.

¹¹ BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: FA-PESP, 2002, p. 89-125.

¹² Idem, p. 166-168.

¹³ Para compreender o processo de surgimento da lavoura açucareira em São Paulo: PETRONE, op. cit. p. 9-24.

desenvolver economicamente, protegia da constante ameaça de invasão espanhola.

A importância do capitão-general para este estudo, todavia, é outro: o incentivo à produção. Coerente com a postura metropolitana, Mourão esforçou-se para aumentar a produção de mantimentos e de açúcar. Além disso, foram incentivados pelo governador outros produtos tropicais que possuíam alto valor no mercado europeu, ou que poderiam ser utilizados para impulsionar a manufatura lusitana.¹⁴

Por fim, o Morgado de Mateus demonstrou preocupação com a situação infra-estrutural da capitania. De fato, essa reclamação esteve presente no governo de diferentes governadores e, também, era citada constantemente nos pedidos das câmaras ao longo do domínio paulista.¹⁵

Os governos posteriores, mais do que Botelho Mourão, focaram suas ordens na organização do corpo militar de São Paulo, a reconstituição do poderio bélico da região e a preparação com o confronto, por vezes eminente, com a parte espanhola da América. Isto fez com que, somente no final do século XVIII, com o governo de Bernardo José de Lorena, os incentivos do capitão-general ao cultivo pudessem ser sentidos nas diferentes partes da capitania. Nota-se que a

situação pacífica de finais dos Setecentos também ajudou no maior relevo para a agricultura.¹⁶

A política de exportação e sua influência nas vilas do Norte

O governo de Bernardo José Maria Lorena e Silveira (1788-1797) marcou o início da grande produção açucareira na capitania de São Paulo e, ao mesmo tempo, as mudanças mais drásticas para a capitania em seu processo de cultivo. O governador Bernardo Silveira foi responsável pela criação de um caminho calçado entre São Paulo e Santos e por ordenar ao porto de Santos a exclusividade de exportação para Lisboa.

Com a exclusividade e o novo caminho construído, o número de embarcações que procuraram o porto de Santos elevou consideravelmente. Além disso, acredita-se que a economia tenha conseguido melhores resultados do que vinha apresentando. O exclusivo, todavia, não parece ter surtido o mesmo efeito nas vilas do Norte. Pela bibliografia analisada, e na documentação trabalhada, o impulso que a “calçada de Lorena” e o exclusivo deram nas vilas de “serra acima” não foi sentido nas vilas do Norte. Entretanto, retomarei este assunto mais a frente.

Ainda sobre a questão do transporte, a “calçada de Lorena”, como ficou conhecido o caminho feito pelo governador Bernardo Lorena, recebeu elogios de todas as

¹⁴ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, (1765-1775)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, p. 334-336.

¹⁵ Idem, p. 348-356.

¹⁶ PETRONE, *op. cit.* p. 191. BELLOTTO, *op. cit.* p. 334-335.

partes envolvidas, dos colonos residentes, de seus sucessores e, inclusive, do corpo administrativo na metrópole. Nas palavras de Petrone: “*Sem dúvida, a calçada foi um grande estímulo para a cultura canavieira serra acima [...]. [Desta forma], os primeiros grandes carregamentos de açúcar desceram a serra e o comércio do porto [...] progrediu muito*”.¹⁷ Ademais, o número de embarcações que aportaram em Santos aumentou consideravelmente, conforme tabela:

As vilas de Ubatuba e São Sebastião eram especializadas no cultivo da cana de açúcar – para a produção de aguardente na primeira e açúcar na segunda –, porém seu comércio era de cabotagem, destinado ao porto do Rio de Janeiro, onde havia a possibilidade de melhores negócios e mais dinâmicos. Ubatuba, no caso, era responsável pela maior produção de aguardente da capitania, produto este destinado não só ao consumo interno, mas também no comércio por esca-

Ano	Embarcações
1774	1
1775	1
1785	1
1786	1
1788	1
1789	2
1790	2
1791	5
1792	8
1793	4
1794	11
1795	5
1796	3
1797	3
1798	3
1799*	5
1801	3
1802	2

* os dados desse ano foram completados com as informações contidas em *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 1961, tomo 15, p. 246, doc. 25

Tabela 1 – Quantidade de embarcações que aportaram e partiram de Santos para portos transatlânticos (1774-1801).¹⁸

¹⁷ PETRONE, *op. cit.*, p. 193.

¹⁸ SERRATH, Pablo. *Dilemas & Conflitos na São Paulo Restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)*. São Paulo: USP, 2007, dissertação de mestrado, p. 130.

vos no sertão da África.¹⁹ E, São Sebastião era detentora, em 1799, da segunda maior produção paulista de açúcar.

Outro ponto, as vilas do norte no interior faziam seu comércio na rede mercantil interna através dos portos do litoral sul da capitania do Rio de Janeiro e, em maior escala, através dos próprios portos de Ubatuba e São Sebastião. Desta forma, o exclusivo dado por Lorena a Santos causou crise na produção das vilas de serra acima. Assim, as Câmaras das vilas do norte enviaram diversos pedidos para o governador, e, inclusive para o Conselho Ultramarino, para que esta ordem fosse revogada²⁰.

Essas reclamações tiveram efeito. No governo de Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça (1797-1802) a liber-

dade ao comércio foi restabelecida na capitania de São Paulo; e as vilas do norte aprofundaram raízes no cultivo de açúcar. Mendonça foi responsável, também, pelo começo da quantificação da produção e comércio dos gêneros na capitania. Aristocrata e estudioso, coerente com as ideias da ilustração em Lisboa, o governador Mendonça procurou sistematizar as produções e o comércio durante seu governo. Elevou diferentes povoados e trouxe técnicos para tentar animar o cultivo de gêneros diferentes, além disso, incentivou o cultivo de mantimentos.²¹

Apesar do incremento na produção de quase 58% durante o governo de Mendonça “*o aumento não pode ser atribuído unicamente à liberdade de comércio*”²³ e, ademais, os números dados por Mendonça

Ano	Produção de açúcar	Exportação de açúcar	Exportação para Portugal
1797	114550	83835	
1798	152840	131584	
1799	198483	140952	
1800			
1801		125408	13359
1802	200000 *		39760
1803			39470
1804			63533
1805			93024
1806			59600
1807			52210

* Número não exato, mas sim arredondado pelo próprio governador.

Tabela 2 – Quantidade de produção e exportação de açúcar na capitania de São Paulo (em arrobas).²²

¹⁹ FERREIRA, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intracolonial: Giribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII). In: FRAGOSO, J. BICALHO, M. GOUVÊA, M. (Org.). *O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 346-351.

²⁰ PETRONE, *op. cit.*, p. 25; SERRATH, *op. cit.* p. 115; BASSO, Leandro. *Economia e corte de madeira no litoral norte paulista no início do século XIX*. São Paulo: USP, 2008, Dissertação de Mestrado, p. 17-26.

não estavam completamente acertados.²⁴ Todavia, os números são importantes também por verificar que a exportação, após a liberdade, destinava sua maior porção para

²¹ Cf.: SERRATH, *op. cit.* p. 107-134.

²² PETRONE, *op. cit.* p. 152-154.

²³ Idem, p. 153.

²⁴ Idem, p. 154.

outras partes que não a metrópole. Desta forma, as vilas do norte que participavam ativamente de redes mercantis internas (e intra coloniais ao que tudo indica) puderam estabelecer um padrão de produção muito maior ao governo anterior.

Por fim, o governo de Antonio José de Franca e Horta (1802-1808) retoma as práticas de Bernardo Lorena. Suas restrições iniciam logo em 1803, contudo elas são parciais, não excluindo totalmente o comércio com outras regiões e para todos os artigos. Entretanto, estes anos marcam, também, o aumento de produção de café na região; o aumento do preço deste artigo no mercado europeu manteve-se estável neste período e, assim, o cultivo vinha mudando de padrão; e, em 1808 há a abertura dos portos, excluindo esta questão da pauta de preocupações dos governadores.²⁵

Cunha e Guaratinguetá na Viradeira (1788-1808)

Essas duas vilas foram escolhidas para um trato mais profundo pela disponibilização de fontes e bibliografia sobre elas, porém a preocupação concerne a todas as vilas do norte.

No entendimento desta pesquisa, as vilas do norte são aquelas pertencentes ao litoral norte da capitania em conjunto com as vilas de serra acima que se localizavam no caminho para o Rio de Janeiro. A explicação para isso se dá através do estudo em Caio Prado

²⁵ PETRONE, *op. cit.*, p. 140-152.

Jr., para ele: “a colonização paulista se expandiu no planalto, e não se concentrou no litoral”²⁶. Assim sendo, na capitania de São Paulo o povoamento se deu:

no planalto, o povoamento tinha que procurar nele o seu centro, porque o separava do mar uma barreira imensa [Serra do Mar] e transponível apenas em uns raros pontos mais acessíveis, mas nem por isso mais fáceis. O relevo do solo paulista estava, portanto, a impedir este sistema de duas cidades conjugadas, dividindo entre si as funções de porto, ponto de articulação das comunicações com o exterior; e centro de povoamento, ponto fácil de convergência da vida deste planalto densamente habitado.²⁷

A vila de Cunha se caracterizou por ter pouco crescimento com o açúcar. De fato, seu período de maior esplendor apareceu com o café, por volta do terceiro decênio do século XIX. Contudo, ao se afirmar que as ordens foram profundas, crê-se que, em maior ou menor grau, todas as vilas foram atingidas, e isso justifica a atenção que Cunha recebe.

O primeiro ponto que foi pesquisado foram os maços populacionais (disponíveis *online* no site do Arquivo do Estado de São Paulo). Com eles foi possível compreender que o período revela flutuação no número de escravos na vila de Cunha.

²⁶ PRADO JR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972, p. 116.

²⁷ Idem, p. 117.

Escravos/Ano	1789	1791	1797	1799
20 ou mais	491	503	473	331
10 a 20	342	359	412	391
Total	833	862	885	722

Tabela 3 – Número de escravos na vila de Cunha²⁸

Os quatro anos selecionados são referentes: ao ano da ordem de exclusivo de exportação (1789), aos seus primeiros resultados (1791), ao ano final do exclusivo (1797), e, por fim, ao ano que revelaria o efeito do fim do exclusivo na vila (1799). Na tabela 3 verificam-se três tendências: 1º, os dois primeiros anos são responsáveis pelo aumento do número de escravos nos dois grupos; 2º, nos dois últimos anos vê-se a queda do número de escravos no grupo mais abastado, mas um aumento neste número para o grupo intermediário; e 3º, o último ano assiste a queda no volume total de escravos, fato que não ocorreu nos três primeiros anos.

O crescimento do elemento servil na vila de Cunha, apesar de pequeno, indica que houve aprofundamento da mercantilização na vila. Porém, o ano de 1799 inverte essa situação, há queda no número total de escravos e ele retorna a patamar anterior a 1789. O motivo talvez seja a crise nos preços do açúcar, como consta na tabela 4, porém uma investigação mais densa

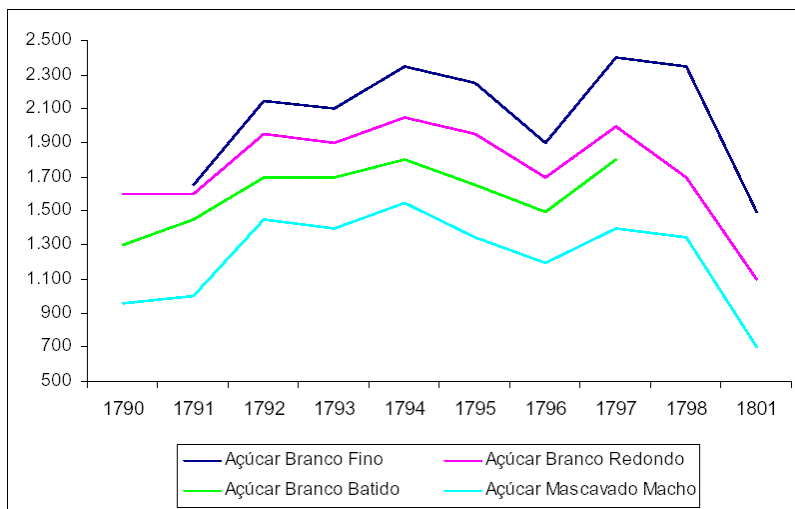
há de garantir com maior segurança as razões para está queda. Todavia, é interessante notar, ainda assim, que este número contradiz a tabela 6, que indica um aumento nos engenhos de açúcar para o ano de 1799 na vila de Cunha. Porém, a explicação para este paradoxo reside, mais uma vez, em Serrath. De fato, o próprio autor faz esta pergunta: “*Porque (sic) o volume da produção não acompanhou o número de engenhos estabelecidos na capitania?*”. E responde, “*em razão da baixa produtividade*”.²⁹

O aumento de escravos na camada média (na ordem de mais de 20%) indica que, provavelmente, os plantios de gêneros alimentícios estavam dando bom retorno financeiro na rede mercantil interna das quais participavam, isto porque, ao menos pelos maços, as produções mais difundidas eram: o milho, o feijão e o arroz. Gêneros associados ao consumo interno.

Tem-se que salientar que a divisão feita na contabilização dos escravos para

²⁸ ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Maços de população. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/recenseando.php>>. Acesso em: 22 maio 2010.

²⁹ SERRATH, *op. cit.* p. 120. Para elucidar mais esta questão o autor faz uma comparação no número de engenhos e média de produção entre São Paulo e Bahia e demonstra que em 1786 a Bahia já produzia 3 vezes mais que São Paulo em 1798. E, enquanto a média por engenho da Bahia era 2667 arrobas, em São Paulo essa média ficava em 300 arrobas.



Fonte: Apêndice 2.

Tabela 4 – Valor do preço do açúcar no porto de Santos (1790-1801)³¹

	Milho*	Feijão*	Arroz*	Amendoim*	Aguardente**
Fogos	176	172	60	1	1
Quantidade	75262	4232	661	10	600

* Medidos em alqueires

** Medido em canadas

Tabela 5 - Média de produção por fogo dos diferentes gêneros da vila de Cunha em 1789

a tabela foi devido ao valor que possuía. Como afirma Manolo Florentino, o escravo era um artigo barato naquele período, logo, possuir um plantel de 10 escravos não era sinônimo de largo cabedal.³⁰

O maço de 1789 nos permite ir um pouco além. Seu autor foi perspicaz e cuidadoso o suficiente para listar a produção e produtividade de cada fogo da vila. Verificase então que, do total de 240 fogos, 176 cultivavam algo. Os que cultivavam, na sua totalidade, plantavam milho, 172 produziam

feijão e 60 colhiam arroz. Conforme tabela:

Além disso, um fogo era responsável por 600 canadas de aguardente e outro colheu 10 alqueires de amendoim. É de se considerar, também, a ausência do açúcar, posto que, conforme tabela a seguir, no ano de 1794 é instalado o primeiro engenho em Cunha, mas sabe-se que o cultivo do cana antecedia a formação do engenho.³³

³⁰ FLORENTINO, FRAGOSO, *op. cit.* p. 145-148.

³¹ SERRATH, *op. cit.* apêndice 2.

³² ESTADO DE SÃO PAULO. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Maços de população. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/recenseando.php>>. Acesso em: 22 maio 2010.

³³ HERRMANN, Lucila. *Evolução da estrutura so-*

Tabela 6 – Evolução de engenhos em Guaratinguetá e Cunha (1794-1799)³⁴

Vilas	1794	1795	1796	1797	1798	1799
Guaratinguetá	5	9	21	43	65	83
Cunha	1	1	2	3	3	7

O maço de 1799 também apresenta informações mais completas. Para começar é indicada a origem do escravo, também são apontados aqueles que são casados. E a produção de cada fogo volta a ser listada.

Quatro homens saltam aos olhos nos maços de 1799. José Gomes Siqueira, era capitão de auxiliares em 1789, possuía 20 escravos e cultivava milho e feijão. Em 1799, ele era dono de 24 escravos, produzia açúcar e aguardente, além do milho e feijão, e era o capitão-mor da vila. João Luis Rego era agricultor de milho, feijão e arroz, além de dono de 24 escravos, em 1789. Dez anos depois, ele era capitão, dono de 31 escravos e, além do milho, feijão e arroz, produzia aguardente. José do Rio dos Santos, 47, não aparece nos maços de 1789, porém, em 1799, ele se dizia senhor de engenho e produzia açúcar, além do milho, feijão e arroz. E, por último, José Alves de Olivei-

ra, 40, era agregado que produzia açúcar redondo e mascavo, ademais colhia milho e feijão.

A importância desses quatro exemplos não reside na sua individualidade, mas sim ao observar que somente em 1799 aparece o cultivo da cana de açúcar na vila de Cunha. Há de se lembrar, porém, que as listas de 1791 e 1797 não apresentavam a produção dos fogos, assim, o cultivo pode ter iniciado antes, porém só é listado em 1799.

Para analisar Guaratinguetá este texto se baseia no clássico livro de Lucila Herrmann. Apesar de utilizar alguns conceitos desatualizados, como a ideia de ciclos econômicos, sua obra é ainda muito preciosa para perceber a evolução, econômica e social, da vila de Guaratinguetá.

O primeiro ponto a ser abordado é a mudança na vila no último quarto do século XVIII. Como a própria autora cita, e já se debateu isso neste texto, o declínio da mineração causou a retomada da agricultura como ponto forte da região. A consequência nos maços de população, trabalhados também pela autora, foi o aumento de preocupação para descrever a atividade dos habitantes. Além disso, a partir de 1798 a expressão “senhor de engenho” surge na documentação de Guaratinguetá.

Essa mudança traz o elemento servil em maior número para a vila. Isto porque, a mão-de-obra na colônia era toda de escravos, mesmo quando alforriados. A tabela 6, portanto, demonstra o aumento da quantidade de negros e mulatos na população de Guaratinguetá, impulsionados pelo plantio da cana de açúcar.

cial de Guaratinguetá num período de trezentos anos. Edição Fac-Similada: São Paulo, 1986, p. 54.

³⁴ SERRATH, *op. cit.* Anexo 4: resumo geral dos engenhos de açúcar das vilas de serra-acima da capitania de São Paulo (1793-1799).

	1798	1805	1829
Negros	18%	21%	29%
Mulatos	11%	15%	13%
Total	29%	36%	42%

Tabela 7 – Evolução da população negra e mulata em Guaratinguetá³⁵

	1793	1794	1795	1796	1797	1798	1799
1 ^o	Itu	Itu	Itu	Itu	Itu	Itu	Itu
2 ^o	Sorocaba	Porto Feliz	Campinas	Porto Feliz	Porto Feliz	Porto Feliz	Porto Feliz
3 ^o	Campinas	Campinas	Porto Feliz	Campinas	Campinas	Campinas	Campinas
4 ^o	Porto Feliz	Sorocaba	Sorocaba	Sorocaba	Sorocaba	Guaratinguetá	Guaratinguetá
5 ^o	Jundiá	Jundiá	Jundiá	Jundiá	Guaratinguetá	Sorocaba	Sorocaba
6 ^o	Lorena	Guaratinguetá	Guaratinguetá	Guaratinguetá	Jundiá	Jundiá	Jundiá
7 ^o	Pindamonhangaba	Lorena	Mojimirim	Mojimirim	Mojimirim	Mojimirim	Mojimirim
8 ^o	Mojimirim	Mojimirim	Lorena-Piracicaba*	Lorena	Lorena	Lorena	Lorena
9 ^o		Atibaia	Atibaia	Piracicaba	Paraitinga	Paraitinga	Piracicaba
10 ^o		Cunha	Cunha	Pindamonhangaba	Piracicaba	Pindamonhangaba	Paraitinga
11 ^o				Cunha-Taubaté*	Pindamonhangaba	Piracicaba	Pindamonhangaba
12 ^o					Taubaté	Taubaté	Taubaté
13 ^o					Cunha	Cunha	Cunha
14 ^o					Atibaia	Atibaia	

*produziram o mesmo volume de açúcar

vilas do norte

Tabela 8 – Evolução da produção de açúcar nas vilas do interior (1793-1799)

vilas	arrobas (mil)
Itu	73,51
S. Sebastiao	39,89
Porto Feliz	30,67
Campinas	16,88
Guaratinguetá	9,09
Sorocaba	5,74
Jundiá	4,75
Parnaíba	4,68
Mojimirim	3,53
Lorena	2,96
Piracicaba	1,92
Paraitinga	1,40
Pindamonhangaba	1,29
Taubaté	1,05
Cunha	0,66

Fonte: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 1961, tomo 15, p. 243, doc. 20.

Tabela 9 – Maiores produtores de açúcar da capitania de São Paulo em 1799

Por outro lado, a vila em questão teve uma evolução muito rápida e profunda neste período, tributária do açúcar. Isso trouxe consigo a migração de pessoas brancas também, buscando as terras férteis da região e a estrutura da vila. Vê-se que somente de outras vilas do Vale do Paraíba vieram 120 famílias para Guaratinguetá, outras tantas do Rio de Janeiro e Minas Gerais e, ainda, 25 famílias vieram da metrópole; o que demonstra uma impressionante força de atração migratória da vila de Guaratinguetá.³⁶

Por fim, resta observar a questão econômica da vila de Guaratinguetá. A tabela 8 (acima) mostra a evolução da produção das vilas do norte em comparação com as outras vilas de serra acima. Percebe-se que, apesar do domínio de Itu, Porto Feliz e Campinas nas primeiras posições, a vila de Guaratinguetá teve uma grande evolução. E, a tabela 9 ressalta a considerável produção de açúcar da vila de Guaratinguetá no ano de 1799. Ademais, a vila de São Sebastião, mesmo com as restrições de Lorena, marcava para este ano a segunda maior produção de açúcar da capitania.

Considerações finais

A bibliografia, como apresentado no início do artigo, indica a postura política

da Coroa portuguesa na virada do século XVIII como um retorno à agricultura. O cultivo de diferentes gêneros teria sido incentivado nos mais variados domínios do Império português e, a produção de açúcar sofreu maiores impulsos metropolitanos.

Os maços de população indicam o efeito da política lusitana na vila de Cunha. Ao longo do texto, procurou-se demonstrar o aumento do número de escravos na vila, evento necessário quando havia o interesse de aumento na produção. Este estudo entende que a necessidade de maior volume de escravos se deu em decorrência da tentativa da vila de Cunha de se alinhar à política ilustrada.

Assim, o resultado, ainda que parcial, que este texto tem interesse em expor é o esforço das vilas da região em se adequar ao projeto ilustrado da Coroa portuguesa. Guaratinguetá, por exemplo, teve um salto no volume produtivo de açúcar, Cunha, por outro lado, explorou novas culturas. Ambos os resultados desejados pela rainha D. Maria I e arquitetados pelo secretário de Estado D. Rodrigo de Souza Coutinho.

Por fim, apesar deste estudo ainda estar em andamento, assim não se tem todos os anos para as diversas vilas da região sistematizados, nota-se um padrão de crescimento de produção, o que reforça as ideias da bibliografia selecionada de impulso metropolitano sendo posto em prática na colônia.

³⁵ HERRMANN, *op. cit.*, p. 59.

³⁶ Idem, p. 60.

³⁷ SERRATH, Pablo Oller Mont. *op.cit.*, p. 116. Infelizmente o autor contabilizou somente as vilas do interior, excluindo as do litoral.

Bibliografia

- ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia (1750-1808). In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. São Paulo: editora USP, 1999. v. 2, cap. 12, p. 527-597.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- ARRUDA, José Jobson de Andrada. *Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII*. Revista USP. n.º. 46. São Paulo: editora USP, 2000.
- BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: FAPESP, 2002.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português (1415-1825)*. Tradução: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FRAGOSO, J. BICALHO, M. GOUVÊA, M. (Org.). *O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1998.
- HERRMANN, Lucila. *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. São Paulo: IPE-USP Edição Fac-Similada, 1986.
- MAXWELL. Kenneth. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MEINZ, Maximiliano M. *Centros e periferias coloniais: o comércio do Rio de Janeiro com Santos e Rio Grande (1802-1818)*. Revista de História USP. n.º. 154. São Paulo: Editora USP, 2006.
- MOURA, Denise A. Soares de. *Região, relações de poder e circuitos mercantis em São Paulo*. Revista Saeculum. Nº 14. João Pessoa: Universitária UFPB, 2006.
- MONTEIRO, Nuno. *As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a D. Rodrigo*. (texto, gentilmente, cedido pelo professor Nuno Monteiro a ser publicado em obra coletiva).
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2005.
- OSÓRIO, H. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Edípe, 1968.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1942.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. *The portuguese empire, 1415-1808: a world on the move*. Batimore e Londres: John Hopkins University Press. 1998.

_____. Ports of Colonial Brazil. In: KNIGHT, Franklin. LISS, Peggy. *Atlantic port cities: economy, culture, and society in the Atlantic World (1650-1850)*. Knoxville, Estados Unidos: The University of Tennessee Press, 1991.

SERRATH, Pablo Oller Mont Serrath. *Dilemas & Conflitos na São Paulo Restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)*. FFLCH-USP, 2007, Dissertação de Mestrado.

Submetido em: 30 de Junho, 2010
Aprovado em: 8 de Setembro, 2010

